

Brasil pede mais prazo para pagar o principal

JA BRASÍLIA — O governo brasileiro quer 20 anos de prorrogação do prazo para pagamento do principal da dívida externa, com 12 anos de carência. Essa é a base da proposta brasileira para a renegociação da dívida, em fase de conclusão no Ministério da Fazenda, que também descarta a ida do Brasil ao Fundô Monetário Internacional (FMI) e insiste no refinanciamento dos juros devidos à base de *spread* (taxa de risco cobrada pelos bancos) zero.

A linha básica da proposta brasileira ainda depende de um dado importante, que não foi fechado — quanto, exatamente, será reescalonado —, mas já encontra séria resistência por parte do governo norte-americano e também dos principais bancos credores, que não vêem com simpatia as exigências brasileiras e ameaçam o Brasil com retaliações, que vão de reclassificação dos créditos brasileiros ao corte das linhas de curto prazo interbancários e comerciais, no total de 15 bilhões de dólares.

Para arrefecer os ânimos dos credores norte-americanos, uma missão do governo brasileiro irá a Washington na primeira semana de setembro. Chefiada pelo assessor econômico do ministro da Fazenda, Yoshiaki Nakano, e com a presença do assessor especial para a dívida externa, Fernão Bracher, a missão levará uma contraproposta brasileira pa-

ra facilitar e apressar a renegociação da dívida. Não está descartada, assim, a idéia de se efetuar um pagamento em caráter simbólico aos bancos credores de parte dos juros vencidos.

— Existe uma orientação do governo de se fazer esse pagamento, mas apenas caso as reservas se recuperem e caso as negociações estiverem indo bem — admite um dos assessores do ministro da Fazenda envolvido na renegociação da dívida.

Parece, portanto, ser uma hipótese remota, embora de agrado dos credores. Ocorre, porém, que as previsões mais otimistas do governo brasileiro são de que as reservas cambiais, apesar do bom desempenho da balança comercial nos últimos meses, continuarão caindo até o final do ano.

Isso porque, mesmo com a moratória que já dura seis meses, o Brasil vai pagar às agências oficiais e ao FMI, neste ano, 9 bilhões 800 milhões de dólares, e está deixando de pagar apenas 5 bilhões 300 milhões de dólares aos bancos privados e ao Clube de Paris. Para pagar os restantes 4 bilhões e 500 milhões de dólares, o Brasil praticamente só conta com a balança comercial e a perspectiva de que os juros vencidos e não pagos sejam refinanciados a juros baixos, para, assim, poder honrar seus compromissos e sair da moratória sem ampliar seu endividamento.